

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 7.418, DE 2010

(Do Senado Federal)

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de reutilização de Água (Funreágua).

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado Dr. Aluizio

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.418/10 foi apresentado pelo ilustre Senador Marcelo Crivella, sendo aprovado em caráter terminativo nas competentes comissões do Senado Federal.

Ele propõe a criação do Fundo Nacional de Reutilização de Água (Funreágua), um fundo de natureza contábil para apoiar projetos de reutilização da água através de ações do tipo:

“I – desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a reutilização de água, incluindo o aproveitamento de água de chuva;

II – aquisição, instalação, conservação, ampliação e recuperação de sistemas de reutilização de água em edificações residenciais, comerciais, industriais e de serviços, públicos e privados;

III – produção e instalação de equipamentos comunitários, urbanos e rurais, destinados à reutilização de água;

IV – provimento de suporte financeiro aos centros de excelência engajados em promover e desenvolver tecnologias para a prática de reutilização de água; e

V – outras formas de intervenção, assim determinadas pelo Conselho Gestor do Funreágua”.

Seus recursos são oriundos das seguintes fontes:

“I – dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e em seus créditos adicionais;

II – contribuições, subvenções, auxílios, legados e doações de pessoas físicas, jurídicas, entidades e organismos de natureza pública ou privada, nacionais ou internacionais, nos termos da legislação em vigor;

III – resultado das aplicações financeiras de recursos próprios;

IV – saldos de exercícios financeiros anteriores;

V – receitas provenientes de alienações patrimoniais;

VI – recursos onerosos associados na forma do regulamento;

VII – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao Funreágua”.

Segundo a proposição, os recursos do fundo seriam aplicados de forma descentralizada, por transferência voluntária para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, financiando pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas e privadas.

Para gerir o Fundo é proposto um Conselho Gestor, com nomes indicados pelo Presidente da República, formado por pelo menos dois representantes da sociedade civil; o Conselho dever ser presidido pelo Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). Cabe ao Conselho Gestor estabelecer diretrizes e critérios de alocação de recursos, aprovar orçamentos, planos e metas anuais e plurianuais de recursos. As instituições financeiras oficiais federais seriam as operadoras do Funreágua.

O PL 7.418/10 foi encaminhado para análise, em caráter terminativo, nas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Minas e Energia; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Ainda em 2010, submetido à apreciação da CMADS, recebeu parecer pela REJEIÇÃO, encaminhado pelo relator, deputado Cassio Taniguchi. Seu parecer foi aprovado na CMADS. Portanto, o projeto foi rejeitado naquela Comissão a quem cabe analisar o mérito.

Finalmente, cumpre observar que outra proposta, com pouquíssimas diferenças em relação a esta, foi apresentada nesta Casa pelo deputado Jorge Tadeu Mudalem, sob o nº 1.155/11. Ela também propõe a criação do Funreágua. Neste momento está sob análise da CMADS.

Cabe registrar que em 2011, essa mesma proposta – PL 1.155/11 – já havia recebido um parecer pela rejeição na CMADS. O parecer assinado pelo deputado Nelson Marchezan Filho ainda não foi votado.

II - VOTO DO RELATOR

A reutilização de água tornou-se um dos temas centrais no debate sobre o uso da água. De um modo geral, as construções modernas incorporaram esse conceito, adotando sistemas e práticas que reutilizam as águas pluviais, águas de banheiro, da cozinha, etc.

As empresas privadas foram pioneiras nesse processo porque perceberam que reutilizar água significa, no mínimo, economia financeira. Mas perceberam também que, ao adotar esta prática, a imagem da empresa recebe um reconhecimento positivo diante da sociedade. Dessa forma, a empresa mostra para a sociedade que está preocupada com o meio ambiente, forjando uma relação de solidariedade com a população. Se há empresários que constroem imagens falsas, aquilo que se denomina “maquiagem verde”, o fato é que boa parte do empresariado nacional percebeu que fazer algo pela natureza é bom para a empresa e melhor ainda para o marketing da empresa.

A bem da verdade, a “onda ambientalista” não se restringe ao setor privado. Nesse momento diversos órgãos públicos estão promovendo ações pelo meio ambiente, construindo políticas internas e externas nessa linha. O Congresso Nacional dá exemplo, com o seu EcoCamara e o Senado Verde; o Executivo já tem normas voltadas para as licitações sustentáveis e dentro do Judiciário, foi montado um grupo, que tem à frente o Tribunal Superior do Trabalho (TST), para elaborar um manual de compras de produtos/serviços sustentáveis, em fase de conclusão. Mas, é importante observar que há diversas ações acontecendo em diversos órgãos com a mesma finalidade, o que é bastante salutar para a administração pública.

Por outro lado, devemos considerar a questão das águas, seu reuso, fulcro da proposta.

Cresce a consciência de que é preciso adotar medidas urgentes para o uso adequado dos recursos hídricos. Ao tempo que os mananciais estão sendo agredidos com a expansão das atividades humanas, poluindo e esgotando as fontes, abre-se a discussão sobre o uso dessas águas. O fato de o Brasil ser abundante em águas, possuindo 3% da água potável do mundo, pode ter contribuído para o uso predatório dos seus recursos hídricos. Hoje, como notamos, reutilizar as águas pluviais, do banheiro e da cozinha, entre outras, pode representar a diferença entre ter ou não água. E até mesmo a diferença entre ter ou não tragédias domésticas – uma das alternativas propostas pelos estudiosos para o problema das enchentes em São Paulo é fazer com que a maioria das edificações do centro da cidade acumulem água da chuva, e deste modo não se espalhem como enxurradas, causando acidentes. Essa proposta dos pesquisadores também visa a economia gerada com a reutilização da água.

De um modo geral, a reutilização da água corta o processo de descarga de águas que ainda podem ser utilizadas. Grandes empresas perceberam que, ao invés de despejarem seus efluentes líquidos diretamente no vertedouro (rios, lagos, córregos, mares...), é mais interessante do ponto de vista financeiro reutilizar essa água. A água contaminada que é despejada nos vertedouros contamina as águas superficiais e as subterrâneas.

Do ponto de vista desta Comissão, entendemos que a água deve ser motivo de atenção por todos nós. A criação da Agência Nacional das Águas (ANA) foi um passo significativo para o gerenciamento dos nossos recursos hídricos. Como observa o deputado Lira Maia em seu parecer na CMADS sobre o PL 1.155/11:

“A Lei nº 9.433/1997 (“Lei das Águas”), que dispõe sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos, explicita em seus fundamentos que a água é um bem de domínio público, um recurso natural limitado e dotado de valor econômico, e que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. A lei instituiu a gestão dos recursos hídricos a partir das bacias hidrográficas, prevendo instrumentos tais como a outorga e a cobrança pelo uso. Assim o fazendo, ela impulsionou a criação da ANA, concretizada pela Lei nº 9.984/2000.”

Sendo um recurso limitado e cujo processo de renovação é complexo - dependendo do clima e das condições da biosfera de um modo geral - nada mais correto do que buscar alternativas sustentáveis para seu uso. Como os recursos hídricos dizem respeito às águas de superfície e também às subterrâneas, não por acaso a Constituição Federal atribui importância capital a estes recursos, designando, para tanto, a União como “proprietária” do patrimônio aquático do subsolo.

O PL em análise tem como principal objetivo fomentar práticas de incentivo à reutilização, criando um fundo especial. Neste ponto o nobre autor merece elogios.

Sua formulação, porém, carece de fundamentos. O primeiro deles está no fato da proposta pretender atender segmentos distintos, como o público e o privado, pessoas físicas e jurídicas. Seria preciso um esforço administrativo de monta para atender desde empresas públicas ou empresas privadas de grande porte, até o cidadão comum.

No tocante às empresas, considere-se que reutilizar as águas significa uma redução de custos; e a economia gerada com a implantação de

tal projeto cobriria os gastos. Deve-se ressaltar que já existe disponível no sistema financeiro a oferta de crédito em condições especiais para implementação de projetos como estes. Hoje as empresas podem fazer uso do BNDES, Banco do Brasil, entre outras instituições; isto é, não há necessidade de criação de um fundo especial para conseguir tais objetivos.

Por outro lado, para a sua implementação a proposta requer um grande aparato administrativo e burocrático; essa estrutura sofisticada atuaria no controle, administração e fiscalização, o que significa constituição de patrimônio administrativo, mais gastos com recursos humanos, outros gastos com materiais diversos. Boa parte do fundo arrecadado seria investido na instalação e operação desta grande estrutura.

Os relatores da proposta na CMADS questionam outros pontos da proposta. Por exemplo, nos termos em que está sendo colocado não tem como assegurar que estes recursos sejam direcionados ao Fundo. A vinculação da ANA e a instituição do Conselho Gestor são de competência do Executivo, e não do Legislativo, diferente do que propõe o PL, o que indica um vício de origem na proposta. De qualquer modo, não vamos avançar mais nesta questão porque a inconstitucionalidade anotada será motivo de avaliação mais precisa na devida Comissão desta Casa.

Diante do exposto nos manifestamos pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 7.418, de 2010.

Sala da Comissão, em de maio de 2012.

Deputado DR ALUIZIO

Relator